

PSICOLOGIA POLÍTICA, PODER E PATRIARCADO: CONTRIBUIÇÕES DE MIRTA GONZÁLEZ SUÁREZ

Psicología política, poder y patriarcado:
aportes de Mirta González Suárez

Political psychology, power and patriarchy:
contributions of Mirta González Suárez

RESUMO:

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre as relações de poder e a questão do patriarcado, analisadas desde um enfoque psicopolítico, a partir da obra da psicóloga social costarriquenha Mirta González Suárez. A Psicologia Política – considerada pela autora um campo transversal e multidisciplinar que estuda a interinfluência entre as tomadas de decisão que se dão em estruturas de poder e as pessoas que vivem em sociedade – é utilizada para definir e explicar o poder e o patriarcado. Para ela, o poder é a capacidade de influenciar ou decidir por outra(s) pessoa(s), a qual pode se efetivar em diferentes esferas: pessoal, relações interpessoais, família, comunidade, grupos organizados e Estado. E o patriarcado uma construção social em que os homens e suas ações são mais valorizados socialmente do que as mulheres, as quais são oprimidas e exploradas.

Palavras-chave: Psicología Política; Poder; Patriarcado, Feminismo, Mirta González Suárez.

RESUMEN:

Este artículo presenta los resultados de una investigación bibliográfica sobre las relaciones de poder y la cuestión del patriarcado, analizadas desde una perspectiva psicopolítica, a partir del trabajo de la psicóloga social costarricense Mirta González Suárez. La Psicología Política –considerada por la autora como un campo transversal y multidisciplinario que estudia la interinfluencia entre la toma de decisiones que tiene lugar en las estructuras de poder y las personas que viven en sociedad – se utiliza para definir y explicar el poder y el patriarcado. Para ella, el poder es la capacidad de influir o decidir por otra(s) persona(s), lo que puede ejercerse en diferentes ámbitos: personal, relaciones interpersonales, familia, comunidad, grupos organizados y Estado. El patriarcado es una construcción social en la que los

GOVANNA VICTORIA ANTUNES PILAVDJIAN

<https://orcid.org/0009-0001-0902-3765>
Bacharel em Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/SP, Brasil
E-mail: geovanna.pilavdjian@gmail.com

FELIPE CORRÊA

<https://orcid.org/0000-0002-1409-9115>
Cientista Social doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/SP, Brasil
E-mail: felipecorreapedro@gmail.com

DOI: 10.5935/2175-1390.v25e24403



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remitem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

hombres y sus acciones son más valorados socialmente que las mujeres, que son oprimidas y explotadas.

Palabras clave: *Psicología Política; Poder; Patriarcado, Feminismo, Mirta González Suárez.*

ABSTRACT:

This article presents the results of a bibliographical research on power relations and the issue of patriarchy, analyzed from a psychopolitical perspective, based on the work of the Costa Rican social psychologist Mirta González Suárez. Political Psychology – considered by the author as a transversal and multidisciplinary field that studies the interinfluence between decision-making that occurs in power structures and people living in society – is used to define and explain power and patriarchy. For her, power is the ability to influence or decide for another person(s), which can be carried out in different spheres: personal, interpersonal relationships, family, community, organized groups and the State. Patriarchy is a social construction in which men and their actions are more socially valued than women, who are oppressed and exploited.

Keywords: *Political Psychology; Power; Patriarchy; Feminism, Mirta González Suárez.*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as relações de poder e a questão do patriarcado, analisadas desde um enfoque psicopolítico, a partir da obra da psicóloga social costarriquenha Mirta González Suárez. Ele pretende apresentar e discutir, por meio de uma pesquisa bibliográfica, algumas contribuições da autora para essa problemática do poder e do patriarcado.

A escolha desse tema explica-se, antes de tudo, pelos caminhos que a Psicologia vem tomado ao longo das últimas décadas na América Latina e pelos conflitos que, dialeticamente, têm produzido resultados marcantes. Dos anos 1960 em diante, a Psicologia neste subcontinente contou com o enfrentamento entre diferentes abordagens psicológicas, algumas delas hegemônicas e pouco críticas, outras contra-hegemônicas e mais críticas. Parecem-nos relevantes cinco marcos desse processo de conflito e enfrentamento teórico-epistemológico.

1. O conflito que colocou em xeque as abordagens biologizantes e individualistas, baseadas na prevalência das ciências naturais, em favor de enfoques sociais e culturais, que pudessem dar conta de análises históricas, contextualizadas e coletivas (Hur & Lacerda, 2016; Lane, 1984, 1996).
2. O enfrentamento das abordagens positivistas, pretensamente neutras do ponto de vista político, com a defesa de enfoques críticos, engajados e comprometido com as mudanças em favor dos sujeitos oprimidos e explorados (Furlan & Parisí, 2021; Montero, 2015).
3. O conflito que contrapôs as abordagens eurocêntricas, mecanicamente restritas às referências da Europa e dos Estados Unidos, em favor de enfoques capazes de explicar realidades de capitalismo dependente e subordinado, em especial a América Latina (Martin-Baró, 2017; Montero, 1987).
4. O enfrentamento às abordagens elitistas, que tomam como pressuposto os interesses das classes dominantes – e, constantemente, não discutem temas de interesse dos trabalhadores ou, quando discutem, o fazem a partir de interesses elitistas –, na defesa de enfoques que priorizem as maiorias populares, as classes oprimidas em geral (Hur & Lacerda, 2016; Martin-Baró, 2017).
5. O conflito entre as abordagens que ignoram outras formas estruturais de dominação, baseadas em gênero, sexualidade, raça, etnia e nacionalidade, em favor de enfoques capazes de abranger o patriarcado, o racismo, o imperialismo, além da questão ambiental (Furlan & Parisí, 2021; Sandoval, Hur, & Dantas, 2014).

A Psicologia Política Latino-Americana (Martin-Baró, 2017) ou *Psicología Política Crítica* (Hur & Lacerda, 2016) constituiu parte ativa nesse processo, em geral defendendo as segundas posições em contraposição às primeiras. Ela vem promovendo abordagens sociais, críticas e engajadas da realidade, combatendo o eurocentrismo e engajando seus membros nas lutas em favor dos trabalhadores e do combate às distintas formas de dominação. Contudo, sabe-se que, mesmo na América Latina em geral, e no Brasil em particular, apesar dessa psicologia ser conhecida, ela está longe de ser hegemônica; ela ainda possui um longo caminho a trilhar.

Mas a escolha desse tema também se explica pelo atual contexto social e político global. Vivemos um momento de muitas mudanças, em que a hegemonia dos Estados Unidos começa a ser colocada em xeque e a fórmula neoliberal, baseada na economia capitalista de mercado e na democracia liberal, enfrenta

uma crise sem precedentes. Nesse contexto, é inegável constatar o fortalecimento de uma extrema direita global, que possui expressões na América Latina e no Brasil. São movimentos e figuras neofascistas que promovem abertamente a naturalização das desigualdades, o elitismo de classe, a xenofobia, o racismo, a misoginia e o anti-intelectualismo. Em diferentes países, essas forças reacionárias têm conseguido espaço institucional (Miguel, 2021; Stanley, 2019).

Mirta González Suárez nasceu na Costa Rica, em 1948, doutorou-se na Universidade Autônoma de Madri no fim dos anos 1980, produzindo uma tese sobre sexismo e educação. Atualmente é professora emérita de Psicologia Social na Universidade da Costa Rica (UCR) e conta com uma robusta produção intelectual, que inclui dezenas de escritos (livros, artigos e ensaios) (Morera González & Guerrero Portilla, 2008).

Em termos epistemológicos e teóricos, a autora inspirou-se no materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels – o qual considera, junto às abordagens feministas, relevante para a teoria psicosocial (González Suárez, 2012) – e adaptou-o à realidade latino-americana, sob a influência da “psicologia da libertação” de Ignácio Martin-Baró. Segundo afirma a própria autora, partindo desses pressupostos (materialismo histórico, feminismo e psicologia da libertação): “é fundamental reconhecer que a individualidade e as subjetividades se encontram imersas no contexto sócio-político, e que a saúde mental está enraizada nas realidades da comunidade” (González Suárez, comunicação pessoal com os autores, 12 de novembro de 2024).

González Suárez é uma autora de referência no campo da Psicologia Política, especialmente na América Latina; constitui parte dessa corrente da Psicologia Política Latino-Americana ou Psicologia Política Crítica. Em seus estudos, ela apresenta reflexões que são, ao mesmo tempo, analíticas e normativas. Elas subsidiam, em termos teóricos e conceituais, um entendimento crítico da sociedade contemporânea a partir de seus conflitos sociais; particularmente, no caso em questão, quando aborda a problemática do poder e do patriarcado. Segundo a tradição da qual faz parte, isso não é feito de maneira anódina ou pretensamente objetiva. Mas se engajando nas questões que discute e propondo saídas práticas para os dilemas encontrados, sempre no sentido do combate às opressões, às desigualdades, às injustiças, e da busca de horizontes emancipadores.

Para tanto, essa discussão do poder e do patriarcado é fundamental. A Psicologia Política e o feminismo¹ mostram-se tanto como elementos desse ferramental analítico de rigor acadêmico-científico, quanto como instrumentos de combate a essa onda reacionária contemporânea e de enfrentamento a essa crise presente. Possibilitam caminhar no sentido da emancipação de mulheres e homens oprimidos.

Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa bibliográfica, que passou por um conjunto de procedimentos: “(a) escolha do tema; (b) levantamento bibliográfico preliminar; (c) formulação do problema; (d) elaboração do plano provisório de assunto; (e) busca das fontes; (f) leitura do material; (g) fichamento; (h) organização lógica do assunto; e (i) redação do texto” (Gil, 2002, pp. 59-60).

A partir da escolha do tema em questão, realizamos um levantamento bibliográfico preliminar e exploratório dos escritos de Mirta González Suárez que abordavam mais diretamente os assuntos Psicologia Política, poder e patriarcado. Nessa seleção, não apenas consultamos a bibliografia disponível em bibliotecas e na *internet*, mas, a partir de um contato com a própria autora, pedimos indicações daquilo que ela julgava mais pertinente para nossa pesquisa.

Chegamos a um conjunto de quatro textos (um livro e três artigos): “*Psicología Política*” [Psicologia Política], “*Feminismo, Academia y Cambio Social*” [Feminismo, Academia e Mudança Social,

1 Mirta González Suárez é uma acadêmica bastante envolvida, teórica e praticamente, com a questão da mulher. Além de autora de uma extensa bibliografia sobre o tema, ela foi a primeira diretora do programa de pós-graduação em Estudos da Mulher, realizado conjuntamente pela UCR e pela Universidad Nacional (UNCR); também foi diretora do Centro de Pesquisa em Estudos da Mulher da UCR. Em 1993, presidiu a comissão organizadora do V Congresso Internacional e Interdisciplinar da Mulher, ocorrido na UCR. (EULAC, 2022)

artigo], “*Psicología Política y Feminismo*” [Psicologia Política e Feminismo] e “*Feminismo, Feminismos: avances hacia la equidad de géneros*” [Feminismo, Feminismos: avanços para a equidade de gêneros] (González Suárez, 2008, 2002, 2013, 2010).

Por meio de uma leitura analítica e interpretativa desses escritos, buscamos extrair as contribuições mais relevantes acerca de cada um dos três assuntos anteriormente mencionados (Psicologia Política, poder e patriarcado), apresentá-las e discuti-las; em seguida, trabalhamos num balanço sintético das principais contribuições da autora, que pode ser lido a seguir.

PSICOLOGIA POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER

De acordo com González Suárez (2008), a Psicologia Política tem como principal objetivo estudar a interinfluência entre as tomadas de decisão que se dão em estruturas de poder, de um lado, e as pessoas que vivem em sociedade, de outro. Trata-se de um campo científico – que não se restringe a uma subárea da Psicologia, mas que abrange *interesses transversais multidisciplinares* – que busca compreender ativamente os processos políticos e organizacionais relacionados às grandes mudanças que afetam as ações, os pensamentos, os valores e as subjetividades do ser humano, em sua história pessoal e coletiva. Campo que, ademais, pretende refletir acerca das contribuições que podem ser dadas no sentido da mudança social, especialmente por meio de políticas públicas e na perspectiva dos direitos.

A transversalidade e a multidisciplinaridade desse campo evidenciam-se pelos inúmeros pontos de contato, e mesmo por certa indivisibilidade entre a Psicologia e a Política. A primeira dedica-se ao estudo do comportamento humano, o qual abarca processos que subsidiam nossos sentimentos, emoções, entendimentos e atuações; a segunda se debruça sobre o estudo da distribuição do poder, que envolve a capacidade de influência nas tomadas de decisão. Ambas as áreas interseccionam-se quando se analisam os processos psicológicos que contribuem para a explicação das relações de poder e da esfera política, e também as influências que tais relações e esfera possuem em comportamentos pessoais e grupais.

Essa intersecção pode se dar de diferentes maneiras e forjar perspectivas e projetos bastante díspares. Ou seja, a Psicologia Política – e, portanto, todos aqueles que a praticam – defronta-se constantemente com dilemas éticos em torno dos propósitos e finalidades aos quais serve e/ou pode servir.

Surge a opção da Psicologia entrar no jogo de mercado, vendendo seus conhecimentos a quem pagar mais e, assim, contribuir com a alienação, por meio de campanhas que beneficiam quem as paga, ou, distintamente, a opção por buscar o desenvolvimento do conhecimento, para que a população possa compreender as formas de ocultação e persuasão em campanhas eleitorais ou na venda de ideias. ... Reflete-se mais precisamente sobre a influência dos grupos poderosos sobre o fazer psicológico, utilizando-o para beneficiar os dominantes ou para democratizar e defender os direitos humanos. (González Suárez, 2008, p. 12)

Em acordo com os pressupostos da Psicologia Política Latino-Americana, Mirta considera que a Psicologia Política deve ter dois propósitos, duas finalidades: a ampliação da democratização e a expansão dos direitos humanos. Conforme argumenta, são essenciais para a Psicologia Política: (a) A análise crítica das estruturas de poder e dos interesses em jogo; (b) Os posicionamentos diante do desenvolvimento social equitativo; (c) O compromisso com uma mudança visando ao bem-estar com consciência; (d) A análise de objetos e resultados por meio de uma perspectiva que enfatize o desenvolvimento e os direitos humanos; (e) A inter-relação permanente entre sociedade, Estado e universidade; (f) A luta pela mudança social participativa para o bem-estar social (González Suárez, 2008, pp. 9-20).

As tomadas de decisão e as estruturas de poder encontram-se no cerne dessa definição de Psicologia Política; ambas são resultantes dos jogos políticos de força que ocorrem na sociedade. Em termos psicopolíticos pode-se afirmar que as relações entre pessoas se dão em ambientes complexos atravessados por relações de

poder, as quais são intrínsecas a qualquer organização social. E que, graças à interinfluência que existe entre Política e Psicologia, entre organizações/instituições políticas e indivíduos/personalidades, essas relações têm impactos consideráveis sobre as pessoas, as famílias e os grupos que compõem a própria sociedade.

O poder é, portanto, elemento central para se compreender as relações sociais e a correlação de forças políticas na sociedade. O caminho para a concretização desse entendimento é a elaboração de um mapa do poder social, das disputas pelo poder, levando em conta as forças em jogo, tanto favoráveis quanto contrárias, assim como as relações estabelecidas a partir dessas forças nos diferentes setores da sociedade civil. Mapeamento que deve levar em conta os interesses em questão, tanto de grupos poderosos quanto de não poderosos, tanto de grupos nacionais quanto de internacionais, assim como os aspectos psicológicos dos agentes que fazem parte dessas disputas e daqueles que compõem os cenários estruturais em que elas se dão (González Suárez, 2008).

Para Mirta González Suárez, o poder é a “capacidade de influenciar ou decidir por outra(s) pessoa(s)”, a qual pode se efetivar em diferentes esferas: “pessoal, relações interpessoais, família, comunidade, grupos organizados e Estado”. Ele é “inerente à organização social” e se evidencia sempre que duas ou mais pessoas estão relacionadas; são as relações de poder que estruturam a sociedade e, nesse processo, o Estado, os governos e as lideranças possuem papel destacado. (González Suárez, 2008, p. 7)

Em termos sociais, o poder explica-se por uma dinâmica em que seu exercício fortalece os próprios grupos poderosos. Isso porque, nesse tão apreciado exercício, conquistam-se riqueza e influência, fatores fundamentais para a própria permanência no poder. Riqueza e influência, poder econômico e poder político, estão profundamente vinculados, e não raro os primeiros explicam os segundos. É por esse motivo que muitos daqueles que protagonizam as relações de dominação e exploração tendem a se perpetuar no poder.

Agora, o poder não pode ser considerado ruim em todas as situações. Ele é ruim, por exemplo, quando fortalece a opressão, se associa aos abusos dos de cima, aos benefícios pessoais, e não ao desenvolvimento geral e responsável da sociedade e da preservação do meio-ambiente. Mas ele também pode ser considerado bom, e mesmo necessário, quando incorpora perspectivas democráticas, igualitárias, equitativas, fortalecendo mecanismos para redução das desigualdades e das opressões, limitando a permanência no poder e impedindo a degradação do meio ambiente. Por exemplo, nas ocasiões em que o Estado toma medidas para evitar que as indústrias despejem resíduos nos rios (González Suárez, 2008, p. 95).

No passado, o poder normalmente era exercido por aqueles que venciam as guerras. Ele se estabelecia por meio de uma imposição violenta e, posteriormente, era conservado pelas famílias (estruturas de proteção) e apoiado por autoridades religiosas. Ou seja, primeiro o poder era conquistado pela violência e, depois, mantido por estruturas que proporcionavam condições para as tomadas de decisão, independente dos interesses majoritários do grupo ou da sociedade em questão. Em linhas gerais, esse modelo preservou-se até a modernidade, no seio do qual – graças às revoluções burguesas, em especial a Revolução Francesa – emergiu o Estado moderno democrático.

Houve naquele contexto duas mudanças consideráveis. Passou-se a difundir cada vez mais que: (a) há direitos fundamentais de todas as pessoas que precisam ser respeitados; (b) as disputas pelo poder devem se dar, prioritariamente, por meios democráticos e pelas eleições. A variável dos meios de comunicação de massa também entrou em jogo e converteu-se em fator fundamental nessas disputas. Tal foi o cenário hegemônico no mundo ocidental ao longo do século XX. Contudo, não se pode afirmar que, dali em diante, a violência tenha deixado de existir. Ela continuou sendo um fundamento central do poder do Estado e uma garantia essencial para a manutenção da ordem e o respeito às autoridades. Ela vem sendo levada a cabo nas ocasiões em que os mecanismos de legitimação da ordem não são suficientes, subsidiando a repressão das manifestações que possam pôr em xeque a ordem político-econômica dominante (González Suárez, 2008, p. 51, 2013, p. 519)

Instrumento fundamental de poder, o Estado relaciona-se com a sociedade e ambos influenciam-se mutuamente. O Estado depende da sociedade, e suas diferentes formas históricas no mundo moderno (Estado liberal, Estado protetor, Estado neoliberal) explicam-se justamente em função das relações con-

flitivas que se dão na sociedade. Na modernidade capitalista, em especial com os avanços democráticos, o Estado assume a necessidade de proteger a cidadania e os direitos; frente à sociedade, ele precisa prestar contas, garantir participação e mobilidade social.

Contudo, esse Estado ao mesmo tempo enseja o potencial de representar apenas os interesses dominantes e, em certos casos, tornar-se de fato uma das maiores ameaças à própria sociedade. Em relação ao primeiro caso, vale dizer que se o Estado se torna apenas defensor dos privilegiados, dos poderosos e da manutenção do *status-quo*, ele impede completamente o desenvolvimento social. Em relação ao segundo, cumpre exemplificar com o papel que as forças armadas vêm desempenhando na América Latina, pois, embora se apresentem como garantidoras da soberania, elas “têm sido a principal forma de repressão de seus povos, juntamente com a relação com o poder econômico, que as relaciona diretamente como parte importante do aparelho corruptor do Estado” (González Suárez, 2008, p. 147). Em ambos os casos, isso afeta a capacidade das pessoas participarem devidamente das decisões.

Para a autora, é fundamental combater essa tendência. E, para tanto, torna-se importante fortalecer os elementos democráticos do Estado, contrapondo-se àquilo que ela chama de “apropriação do poder”:

A apropriação do poder consiste em fazer com que ele se concentre em grupos distanciados dos cidadãos e pode ser realizada ao: Se impor a dominação pela violência; Não se entregar o poder a quem legitimamente ele pertence; Simular que os cidadãos escolhem por voto; Fingir que os grupos participantes são diferentes, quando eles têm os mesmos interesses; Utilizar candidaturas que apenas encobrem o “poder por trás do trono.” (González Suárez, 2008, p. 75)

Ou seja, ela considera que é imprescindível que o poder de Estado esteja próximo dos cidadãos; que ele não seja imposto pela violência e nem entregue a quem não lhe é de direito; é central manter os cidadãos devidamente informados e cientes de seus próprios interesses. Enfim, que é essencial, ainda, que haja diretrizes restritivas para que as pessoas e os grupos que estejam no poder não utilizem os recursos coletivos para manter-se nessa posição.

Percebe-se assim, que, para González Suárez, as relações de dominação e opressão não são imutáveis. Elas podem ser modificadas, tanto pelas políticas de Estado, quanto por movimentos externos a ele – ainda que tais movimentos possam ter influência sobre o Estado. Relações dominadoras e opressivas não apenas podem, mas devem realmente ser transformadas em relações equitativas, igualitárias. O feminismo reivindicado por ela, que será discutido adiante, tem precisamente esse objetivo: “atingir uma sociedade com equidade, o que é, em essência, seu fim político” (González Suárez, 2010, p. 3).

A autora considera que um dos caminhos para se caminhar nessa direção são as políticas públicas, que dependem de um certo ciclo para terem sucesso:

(a) Estabelecer uma necessidade prioritária, (b) Definir o problema, (c) Obter indicadores, (d) Identificar causas, (e) Avaliar as políticas públicas existentes, (f) Desenvolver soluções, (g) Escolher a melhor alternativa, (h) Definir um sistema participativo, (i) Analisar as forças e pressões, (j) Determinar uma estratégia política, (k) Elaborar critérios de sucesso e de avaliação. (González Suárez, 2008, pp. 149-150)

Ainda que o sucesso das políticas públicas dependa de inúmeros fatores, dentre os quais as forças e ideológicas políticas que coexistem no Estado. De modo que sua implementação exige certas condições que extrapolam as possibilidades da Psicologia Política.

Mas vale reforçar que, para Mirta, as relações de poder não se processam apenas no Estado, e, de certo modo, permeiam toda a sociedade. Essas relações não estão restritas ao exercício do governo e dos procedimentos burocráticos cotidianos. De modo que outro caminho para se caminhar na direção da equidade e da igualdade são as lutas modernizantes, modernas e contemporâneas de grupos específicos

contra as injustiças sociais e a concentração de poder. Tais lutas produziram e continuam a produzir mudanças sociais relevantes (González Suárez, 2008).

Elas têm contribuído não apenas para enfrentar injustiças, mas para tornar situações que antes eram normalmente aceitas em inaceitáveis ou mesmo ilegais. Exemplo nesse sentido se deu com a violência doméstica que, graças a uma redefinição de fronteiras entre o público e o privado,

há alguns anos era considerado um fato estritamente privado que “se resolvia na cama”, enquanto agora é um ato criminoso que pode levar à saída do agressor de casa, seu julgamento e pena. A mesma coisa acontece com as relações sexuais com adolescentes – antes uma graça para contar entre amigos –, agora um ato criminoso em muitos países. (González Suárez, 2008, p. 105)

Seja nas políticas públicas ou nas lutas de movimentos sociais, a Psicologia Política possui um papel importante a cumprir. Tanto no que diz respeito às análises necessárias para as políticas de governo e das análises históricas e conjunturais, quanto para o estabelecimento desses objetivos igualitários e equitativos, capazes de modificar consideravelmente as relações de poder na sociedade.

GÊNERO, PATRIARCADO E FEMINISMO

Para González Suárez (2010, p. 3), parte considerável das relações de poder da sociedade envolve gênero, ou seja, a “divisão de papéis socialmente construídos pelo sexo”.

As relações de gênero referem-se à análise social e pessoal de crenças, símbolos, práticas, promoções e restrições, distribuição de poder e economia, relação com o corpo, avaliação de ações e propostas, regras formais e informais, enfim, tudo que deriva das construções culturais que enquadram a comunicação entre homens e mulheres. (González Suárez, 2010, p. 3)

Na sociedade, essa combinação entre poder e gênero tem produzido o patriarcado, que pode ser definido como uma

construção social em que os homens e suas ações são mais valorizados socialmente do que as mulheres, as quais são oprimidas e exploradas. O termo considera as estruturas de poder e a violência para mantê-las. A discriminação por sexo, típica desse sistema, é chamada de sexismo. (González Suárez, 2010, p. 3)

Essa valorização desigual tem como premissa que homens e mulheres são essencialmente diferentes, e que essa diferença justifica uma hierarquia, em que os primeiros ocupam o topo e as segundas a base. Uma das principais formas de organização de poder social, o patriarcado caracteriza-se pelo uso de complexos esquemas de exploração e dominação, sustentados pela violência explícita ou implícita (González Suárez, 2002).

Segundo a autora, o patriarcado possui impacto em diversos aspectos da vida social, dentre os quais: (a) Divisão entre as esferas do feminino e do masculino, e a atribuição de características naturais a homens (força, iniciativa, dominância etc.) e mulheres (fraqueza, passividade, submissão etc.); (b) Exclusão das mulheres do poder social – fazendo da esfera pública um ambiente masculino, estimulando que elas promovam a ideologia patriarcal e concentrem-se nas responsabilidades domésticas; (c) Promoção do sexismo ou da discriminação de gênero, quando, em função da naturalização de estereótipos, não se permite que mulheres e homens se desenvolvam de acordo com seus interesses e potencialidades; (d) Controle do corpo das mulheres, por meio de normas que exercem pressão sobre esse controle, forjam dicotomias entre corpos masculinos (fortes, rudes, visam a controlar etc.) e corpos femininos (belos,

suaves, visam a agradar etc.), e culpam as mulheres pelas agressões que recebem; (e) Estímulo à violência masculina, na medida em que os homens são educados para a violência e para utilizá-la como forma de controle, tanto sobre as mulheres (cujas manifestações de violência são, contrariamente, reprimidas), quanto sobre as crianças (González Suárez, 2002, pp. 170-172).

Elemento central para a manutenção do patriarcado, aponta ela, é a reprodução da dominação psicológica, que legitima e normaliza preconceitos e discriminações. Tal reprodução

- *Não questiona as relações de poder patriarcais e tende a atribuir a todas as pessoas o mesmo nível de responsabilidade.*
- *Considera que as mulheres “normais” são aquelas que se adaptam às condições sociais preconceituosas.*
- *Valida os estereótipos de gênero, os papéis tradicionais e a estrutura de poder desigual.*
- *Quando reconhece os danos causados às mulheres, parte da responsabilidade das próprias vítimas, em vez de questionar os agressores.*
- *Parte da necessidade de se “adaptar” à situação, em vez de propor mudanças sociais para resolver a desigualdade.*
- *Isenta os homens de responsabilidade.*
- *Divide a ação profissional e a ação política, evitando um compromisso com a mudança equitativa. (González Suárez, 2010, p. 29)*

González Suárez considera que as desigualdades de poder que atingem relações entre gêneros – e o próprio patriarcado, de maneira geral – manifestam-se em ambientes privados, tais como o espaço doméstico, e em ambientes públicos, tais como os locais de trabalho e espaços políticos. Podem evidenciar-se de formas bem diferentes, passando por violência física e psicológica, divisão do trabalho doméstico e de cuidados, diferenças salariais para os mesmos tipos de atividade, assédio moral e sexual, participação em posições de liderança entre outras.

O patriarcado incide diretamente na conformação de toda a estrutura social. Por isso, tem um papel não apenas nas relações entre homens e mulheres, mas também na maneira como essa realidade é compreendida. Explica as desigualdades, as dominações e as opressões de gênero, e também o modo como o senso comum e o pensamento científico têm sido construídos.

O patriarcado prejudica especialmente as mulheres, mas também os homens. E o feminismo deve ser adotado exatamente como contraponto ao patriarcado. Para a autora, o feminismo propõe “a eliminação do patriarcado, para que homens e mulheres possam se relacionar como seres humanos em igualdade de condições, deixando para trás as estruturas de violência” e rompendo mesmo com o “poder patriarcal”. (González Suárez, 2002, p. 170, 2013, p. 510).

Na obra de Mirta destacam-se dois lados importantes desse feminismo: um deles, mais teórico, relacionado ao campo do conhecimento, que pretende dar suporte às transformações do mundo acadêmico; outro, mais prático, que se refere ao campo social, como subsídio para as mudanças na sociedade.

No primeiro caso, daquilo que se poderia chamar de “pensamento feminista”, o feminismo caracteriza-se por uma ferramenta de crítica e proposição na construção do conhecimento. Nesse caso, os estudos feministas, principalmente nas universidades, reforçaram a necessidade de: (a) Incluir as mulheres nos estudos, pois elas constantemente eram “esquecidas” ou deliberadamente apagadas; (b) Destacar a importância de dar voz às mulheres, superar o androcentrismo, o machismo acadêmicos e os relatos

homogeneizantes sobre elas, normalmente feitos por homens que suprimiam diversidades relevantes; (c) Elevar as mulheres ao papel de sujeito pesquisador, garantindo sua possibilidade de expressão e de protagonismo na construção crítica do conhecimento; (d) Desvendar e explicar o patriarcado e seus efeitos na sociedade, questionar conhecimentos e práticas fundamentados na discriminação na exclusão, indicar possibilidades de superação das desigualdades de gênero e garantia da equidade (González Suárez, 2010).

Algumas ações feministas que transformaram a construção do conhecimento formal e informal, produzindo mudanças na sociedade em geral e no meio acadêmico, foram:

- *O posicionamento do patriarcado como eixo principal de análise das estruturas de poder opressoras.*
- *O reconhecimento dos direitos humanos como eixo ético.*
- *A perspectiva de gênero e a análise crítica do androcentrismo.*
- *A apropriação do corpo como algo central nas tomadas de decisão.*
- *O desvelamento da linguagem como parte da discriminação social.*
- *A ampliação do conceito de política, incluindo tanto a esfera pública como a privada.*
- *A inter-relação entre movimentos sociais, academia e políticas públicas. (González Suárez, 2013, p. 518)*

Pode-se notar aqui uma intersecção entre o pensamento feminista e um outro lado do feminismo, um segundo caso, daquilo que se poderia chamar de “*práxis feminista*”, que extrapola o campo do conhecimento e intervêm efetivamente na sociedade promovendo mudanças em direção à igualdade e à equidade. Importante notar que a autora distingue igualdade de equidade, na medida em que o sentido da segunda extrapola o da primeira: a equidade exige a distinção e o estabelecimento de prioridades para as pessoas e grupos oprimidos e discriminados para alcançar uma igualdade real de oportunidades.

O feminismo contém aqui um caráter normativo, na medida em que produz uma visão de mundo, um projeto de sociedade, uma perspectiva ética e um conjunto de procedimentos e ações políticas e sociais que tem por objetivo superar o patriarcado. Ele pode subsidiar desde ações bastante pontuais e imediatas – como no caso das intervenções frente a homens que agredem mulheres, tomando como foco o comportamento violento e a maneira que eles as vitimizam e controlam –, até ações transformadoras e mesmo revolucionárias. O feminismo tem contribuído para enfrentar a violência de gênero, modificar a maneira que mulheres e homens lidam com o trabalho doméstico e de cuidado, fomentar a igualdade e a equidade nos locais de trabalho, pôr fim aos assédios masculinos e estimular a ascensão de mulheres às posições de liderança e poder (González Suárez, 2008).

Enfim, González Suárez ressalta que o feminismo possui ainda outras bandeiras, que extrapolam as relações entre poder, gênero e patriarcado, e colocam-se mais efetivamente nos campos político, social e ambiental. Perspectiva central, nesse quesito, é a defesa que ela faz dos chamados “três Ds necessários: democracia, direitos humanos e desenvolvimento sustentável”; todos os quais considerados fundamentais para uma vida plena.

“A democracia implica a inter-relação permanente entre as pessoas em posições de poder com o resto dos cidadãos, frente aos quais deve ter não apenas abertura, mas incentivo para influenciar os vários processos que dizem respeito a ela”. Mirta considera que, para se reforçar a democracia, é relevante estabelecer demandas palpáveis, assim como proposições e implementações de políticas públicas que (re)afirmam direitos. (González Suárez, 2008, p. 171, 2013, p. 512).

Para ela, a democracia está indissociavelmente vinculada aos direitos humanos. Direitos mínimos, que precisam ser garantidos e mesmo ampliados numa sociedade democrática são: o direito à igualdade de oportunidades, o direito de viver em paz, o direito à justiça econômica, o direito à participação democrática, o direito à sexualidade e à procriação livre e informada, o direito ao amor diverso, o direito a um meio ambiente saudável e sustentável. (González Suárez, 2013).

Para tanto, certos grupos específicos – compostos não somente por mulheres, mas também por negros, indígenas, pessoas com deficiência, homossexuais, imigrantes e outras populações vulneráveis – permitiram expor seus problemas para a sociedade promover conquistas frente a tais direitos (González Suárez, 2008). Grupos de mulheres e feministas, em particular, têm contribuído sobremaneira nessa direção. Pois vêm ressaltando que o patriarcado e as relações de gênero precisam ser analisadas, levando em conta os direitos individuais de cada pessoa, como ser autônomo e capaz de tomar decisões de forma independente. Respeito, liberdade, igualdade e pacificidade são características construídas e objetivadas socialmente, por meio de questionamentos e reflexões coletivas, por pressupostos claros e bem definidos, como os mencionados direitos, além da democratização do poder político-econômico e da construção de uma masculinidade positiva.

Ao ressaltar o desenvolvimento sustentável, Mirta enfatiza que as questões sociais não podem ser tratadas sem uma preocupação ambiental. Nesse campo, a perspectiva ecológica oferece horizontes a serem buscados concomitantemente ao enfrentamento do patriarcado e de outras formas de dominação presentes na sociedade. Trata-se, antes de tudo, da necessidade de seguir certos pressupostos éticos, que preconizam um compromisso com a garantia da saúde e do bem estar, tanto das gerações presentes, quanto, especialmente, das gerações futuras (González Suárez, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mirta González Suárez é uma autora importante para a Psicologia Política em geral, e para a Psicologia Política Latino-Americana ou Psicologia Política Crítica em particular. Neste artigo, buscamos recuperar algumas de suas contribuições psicopolíticas às reflexões acadêmicas sobre poder e patriarcado. Quatro de seus aportes mais relevantes discutidos neste texto podem ser retomados.

Primeiro, sua concepção de uma Psicologia Política como campo transversal e multidisciplinar, que bebe tanto de elementos da Psicologia, quanto da (Ciência) Política, construindo um saber capaz de compreender esse interstício entre as tomadas de decisão e as estruturas de poder, de um lado, e as pessoas que vivem em sociedade, com suas subjetividades, emoções e sentimentos, de outro. Parece-nos proveitosa a posição da autora de que a Psicologia Política deve construir um saber engajado, comprometido com uma perspectiva de enfrentar desigualdades e opressões, e de contribuir para promover uma emancipação igualitária e equitativa.

Segundo, sua noção do poder como capacidade de influência e decisão presente nas diferentes esferas sociais. Poder que, por estruturar as relações sociais e constituir-se pela correlação de forças políticas, tem como ser investigado e entendido e, desse modo, explicar porque as coisas são como são e como elas se tornaram o que se tornaram. Mapear a conformação das relações de poder é, assim, um caminho incontornável para o entendimento da sociedade, e a Psicologia Política tem contribuições para tanto.

Terceiro, sua concepção do patriarcado como algo que é, concomitantemente, por um lado, resultante das relações de poder entre gêneros (papeis construídos pelo sexo), entre homens e mulheres, e, por outro, fator estruturante da própria realidade social. De maneira que o patriarcado explica as relações de poder na sociedade e, ao mesmo tempo, é fruto dessas relações e, indubitavelmente, produz diferentes formas de dominação, exploração e violência.

Poder e patriarcado manifestam-se em ambientes públicos e privados, em espaços domésticos, locais de trabalho e espaços políticos. De várias maneiras produzem injustiças que, apesar prejudicarem também os homens, castigam principalmente as mulheres: violência física e psicológica, divisão do trabalho doméstico e de cuidados, diferenças salariais para os mesmos tipos de atividade, assédio moral e sexual, participação em posições de liderança.

Quarto e último, seu endosso do feminismo, como subsídio para a Psicologia Política que funciona tanto como perspectiva teórica para a análise da realidade social, quanto em termos práticos normativos. Um feminismo que se preocupa com a produção do conhecimento, e que por isso tem uma preocupação acadêmica, mas que ao mesmo tempo se contrapõe diretamente ao patriarcado; e mais, ele não se resstringe a isso e propõe mudanças substanciais no campo social e ambiental.

REFERÊNCIAS

- Association of University Presses of Latin America and the Caribbean – EULAC** (2022). *Latin American University Presses Rights Catalog*. Author. <https://catalat.org/author/mirta-gonzalez-suarez/>

Furlan, V. & Parisi, E. R. (2021). Psicología Latinoamericana como epistemología del sur y periférica. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 19(46), 28-40.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). Atlas.

González Suárez, M. (2002). Feminismo, academia y cambio social. *Revista Educación*, 26(2), 169-183.

González Suárez, M. (2008). *Psicología Política*. Editorial de la Universidad de Costa Rica.²

González Suárez, M. (2010). Feminismo, feminismos: avances hacia la equidad de género. *Teorías Psicosociales*, 3(12), 115-152.

González Suárez, M. (2012). *Teorías psicosociales*. Universidad de Costa Rica.

González Suárez, M. (2013). Psicología Política y feminismo. *Revista Psicología Política*, 13(28), 507-523. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300007&lng=pt&tlang=pt

Hur, D. & Lacerda, F. (2016). Psicología Política Crítica: insurgências em tempos de crise. In *Psicología Política Crítica: insurgências na América Latina* (pp. 7-16). Alínea.

Lane, S. (1984). A psicología social e uma nova concepção de homem para a psicología. In S. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicología Social: o homem em movimento* (pp. 10-19). Brasiliense.

Lane, S. (1996). Parar para pensar... E depois fazer (entrevista com Silvia T. M. Lane). *Psicología & Sociedade*, 8(1), 3-15.

Martín-Baró, I. (2017). O desafio popular à Psicología Social na América Latina. In *Crítica e libertação na Psicología* (pp. 66-87). Vozes.

Miguel, L. F. (2021). Despolitização e antipolítica: a extrema direita na crise da democracia. *Argumentum*, 13(2), 8-20.

Montero, M. (1987). La Psicología Política en América Latina: una revisión bibliográfica (1956-1986). In *Psicología Política Latinoamericana* (pp. 15-65). Panapo.

Montero, M. (2015). Para que Psicología Política? In A. Silva & F. Corrêa (Orgs.), *No interstício das disciplinaridades: a Psicología Política* (pp. 39-64). Prismas.

Morera González, M. & Guerrero Portilla, L. (2008). *Rinden homenaje a profesora Mirta González*. Universidad de Costa Rica. <https://www.ucr.ac.cr/noticias/2008/10/14/rinden-homenaje-a-profesora-mirta-gonzalez.html>

Sandoval, S., Hur, D., & Dantas, B. (Orgs.). (2014). *Psicología Política: temas atuais de investigação*. Alínea.

Stanley, J. (2019). *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. LP&M.

2 Não tivemos acesso à edição impressa deste livro, mas a um PDF enviado pela autora. De modo que os números de página deste livro citados ao longo do texto referem-se a este PDF (e não ao livro impresso).

Histórico *Submissão: 29/09/2022
Revisão: 16/12/2024
Aceite: 18/12/2024*

Editor científico *Jader Leite*

Contribuição dos autores *Conceitualização: GP; FC
Análise formal: GP; FC
Investigação: GP; FC
Metodologia: GP; FC
Escrita original: GP; FC
Escrita - revisão e edição: GP; FC*

Financiamento *Universidade Presbiteriana Mackenzie – bolsista pelo PIBIC Mackenzie, de Geovanna V. A. Pilavdjian.
Instrução normativa in-re-018/2021 - 11 de fevereiro de 2021
Edital de inscrição 2021 - Chamada de Projetos para o Programa Institucional de Iniciação Científica*

Consentimento de uso de imagem *Não se aplica.*

Aprovação, ética e consentimento *Não se aplica.*